



---

### Resumo da Reunião na Secretaria de Recursos Humanos do MPOG

---

*Presentes pelo Governo: Duvanier Paiva Pereira, Vladimir Nepomuceno e Beth Muniz.*

*Presentes pelos Trabalhadores: Comissão Nacional do NI (Executiva Nacional do ASSIBGE-SN e Representantes de Base).*

A exposição do ASSIBGE-SN foi feita inicialmente por uma equipe de quatro pessoas indicadas na reunião preparatória, realizada antes da audiência com o governo. Após a manifestação do Secretário, vários outros companheiros da Comissão Nacional dos Trabalhadores tiveram oportunidade de complementar ou apresentar novos argumentos ao debate.

#### **Exposição do ASSIBGE-SN**

Foi apresentado um breve histórico sobre o processo de discussão em torno da carreira, esclarecendo que foi o sindicato quem iniciou o debate através de seus fóruns executivos e deliberativos. O IBGE aproveitou-se da expectativa da categoria na implantação de um plano de carreira que consignasse acréscimos salariais e montou um Comitê indicado por sua direção, à revelia da organização sindical dos trabalhadores. A direção do órgão desconsiderou as concepções de carreiras em debate na categoria (plano próprio, ciclo de gestão e C&T) e, se utilizando do poder institucional, impôs o plano próprio, que levou à uma série de distorções nas tabelas salariais. Registre-se que, durante a greve de 2005, acordamos em mesa de negociação nesta SRH a suspensão dos trabalhos do Comitê de Carreira do IBGE para instalação de uma Comissão Nacional (ASSIBGE/IBGE) com objetivo de reiniciar todo o debate em torno de todas as concepções em voga. O IBGE desconsiderou o acordo e seguiu implementado seu projeto.

A concretização do plano próprio desestruturou a carreira e criou grande insatisfação e revolta por parte da maioria dos trabalhadores que se encontram no Nível Intermediário. Especialmente a partir de fevereiro/2007, quando foi consignado um aumento de quase 40% ao NS, enquanto aos servidores NI foi dispensado um percentual de 1,7%. Da revolta, seguiu-se um processo de reação que culminou com o Encontro Nacional do NI, lugar onde se percebeu que a insatisfação não era restrita ao Rio de Janeiro, mas à todo os estados do país.

Os representantes dos trabalhadores também discorreram sobre a importância dos projetos do IBGE para a sociedade e a influência dos trabalhadores do NI na elaboração, execução e análise desses projetos. Neste sentido, as funções desenvolvidas por pelo NI, muitas vezes, se confunde em atribuições e grau de importância com o NS, considerando as características das tarefas desenvolvidas por ambos os segmentos. Como há uma integração muito grande entre as funções de um e de outro nível, a situação imposta ao NI no plano de carreira causa muito constrangimento entre os servidores da casa, inclusive entre o segmento do NS.

A comissão dos trabalhadores esclareceu ao Secretário que não pedimos para sair da Carreira de C&T. Inclusive a carreira própria, na verdade, significa, em síntese, a construção de uma tabela salarial, onde o NS obterá ganhos médios entre 90 – 100% e o NI pouco mais de 30%. Acaba com a interpolação entre níveis, elemento básico em qualquer tabela salarial de carreira séria e desenvolve uma série de distorções não existentes na carreira de C&T, inclusive eliminando os adicionais de titulação (Mestre e Doutor) para o NI. Ainda que haja previsão de cursos de qualificação, para efeitos de titulação, não se tem idéia de como serão feitos, nem mesmo se há qualquer mecanismo de controle democrático que garanta oportunidades iguais para todos os servidores. Da mesma forma não se entende porque são cinco carreiras, uma vez que em C&T eram apenas duas; no entendimento dos servidores o correto é a manutenção das duas carreiras (NI e NS) e suas subdivisões em classes.

Não obstante os aspectos perniciosos da carreira há que se discutir também a falta de concurso público, que estrangula o quadro de pessoal do órgão e a exigência de nomeação dos 312 do adicional de 50% do último concurso para NI. É clara a necessidade de contratação de novos efetivos, inclusive pela situação gritante de existência de quase 3.000 contratados temporários, realizando tarefas e projetos de rotina do instituto. É necessária a realização de concurso público em todos os setores, mas especialmente para o pessoal de NI.

Por fim, foi apresentado um documento com exposição de motivos das reivindicações, incluindo gráficos e dados estatísticos e, em anexo, uma tabela de revisão salarial do NI, que aponta para a correção das distorções. Na própria tabela, ao mesmo tempo, é apresentada uma projeção de custo orçamentário, que baliza os impactos financeiros a partir de fevereiro de 2007.

## **Respostas do Secretário**

Alegou que está chegando à casa agora, embora, reconheça, sua obrigação em saber tudo que se passa, ou se passou, por sua Secretaria. Informou, para conhecimento geral, que foi dirigente e assessor político da CUT Nacional e trabalho no governo municipal de Martha Suplicy, em São Paulo. Advertiu que sua gestão seguirá os passos dos ex-secretários, Luiz Fernando Silva e Sérgio Mendonça.

Segundo o Secretário, um dos objetivos centrais de sua gestão é institucionalizar a negociação coletiva no serviço público federal (Grupo de Trabalho composto de representantes do governo e entidades dos SPFs) como instrumento de gestão do governo. Isso é elemento para constituição de um espaço permanente de negociação. Informou, inclusive, que nos dias deve chegar ao Congresso Nacional um projeto de institucionalização da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, regulamentando a negociação no setor público.

Sobre as propostas apresentadas pela Comissão, disse que a SRH vai fazer uma avaliação e antecipou a marcação de uma nova reunião para responder à pauta. No entanto, antecipou que não existe qualquer possibilidade de aumento nos gastos com pessoal para 2007. As categorias que tiveram concessões com efeitos financeiros neste ano foram exceções, no caso, Polícia Federal e Banco Central em que o governo, em verdade, apenas cumpriu acordos firmados em anos anteriores. Segundo o governo, 2007 sofreram um grande impacto orçamentário, fruto de acordos econômicos celebrados com diversas categorias, cujos efeitos financeiros estão se fazendo sentir agora. O Secretário disse que não usará o termo “impossível”, mas reafirmou que, para este ano, as possibilidades são nulas!

### **Seqüência da reunião**

Em nova rodada, os membros da Comissão dos Trabalhadores, criticaram o fato de que os efeitos financeiros em nossa carreira foram parcelados até 2008, enquanto as demais, da MP-301, foram quitadas em uma única vez. Por outro lado, foi alertado que o orçamento/2008 já está em fase de conclusão, neste sentido, como fica a alocação de recursos para a revisão do plano de carreira?

O Secretário esclareceu que os processos de implantação de carreiras e as negociações feitas pela SRH visam corrigir distorções acumulados ao longo dos anos na administração pública. Quanto ao orçamento, informou que a peça orçamentária é uma referência para o governo, no entanto há sempre uma possibilidade de alteração em sua distribuição.

Novamente a Comissão dos Trabalhadores manifestou-se com novos argumentos. O reconhecimento do MP sobre a necessidade de corrigir as distorções nas diversas carreiras do funcionalismo federal, fortalece nosso pleito em torno da revisão das tabelas do NI e as demais modificações que estão sendo propostas pelos trabalhadores. Isso, porque, diferente das demais carreiras, os trabalhadores do IBGE estavam inseridos na carreira de C & T, cuja estava equalizada e continha instrumentos democráticos de gestão e desempenho funcional, razoavelmente, avançados. No entanto, ao implantar o plano de carreira próprio, o governo e a direção do IBGE foram na contramão do que expressa o Secretário de Recursos Humanos, na mesa. Portanto, há que se ter coerência e reconhecer que é preciso alterar, não só as tabelas salariais desta carreira, mas também sua estrutura organizacional.

Por fim, o Secretário, ainda, manifestou que é política do governo substituir, paulatinamente, os funcionários terceirizados e contratados temporários, e contratar à partir de concurso público para o RJU. Informou também que a perspectiva é de recrutar mais 33 mil concursados até o final do mandato do governo Lula. Completou dizendo que, desde o primeiro mandato deste governo, já foram contratados 98 mil novos servidores.

Encerrando a reunião, a assessora da SRH-MP, Beth Muniz, informou que confirmará a data para realização da próxima reunião entre os dias 13 e 17 de setembro.

### **Breve avaliação da reunião**

No dia 25/08, em Brasília-DF, a Comissão Nacional de Mobilização do NI fez uma avaliação positiva da reunião realizada com o Secretário de Recursos Humanos do MP, Senhor Duvanier Paiva Pereira. O aspecto mais importante é que conseguimos abrir um espaço de negociação e, embora ainda sem qualquer perspectiva colocada sobre nossas reivindicações, o fato importante é que já temos nova reunião agendada. É bem verdade que o espaço de tempo é bem esticado e temos pressa em resolver os problemas da carreira, especialmente no que trata da revisão das tabelas do NI. Todavia, por outro lado, isto nos oferece a possibilidade de construir um processo de mobilização pela base que desemboque em um grande Dia Nacional de Luta na data da reunião.

Contudo, apesar do centro econômico, não deixamos de abordar os aspectos da carreira que representam retrocesso em relação ao perfil da carreira de Ciência e Tecnologia. Dentre esses, destacamos o problema

da falta de um Termo de Adesão – consignados para as outras carreiras inscritas na MP-301/06; o recuo metodológico da Avaliação de Desempenho, que transferiu para os chefes o controle absoluto sobre sua elaboração – em C&T conquistamos a avaliação coletiva -; a necessidade da revisão da estrutura de titulação, garantindo os adicionais de Mestrado e Doutorado também para o NI; o número de carreiras (redução de cinco para duas).

Considerando todos estes aspectos, a reunião demandou uma série de tarefas de mobilização que serão informadas através dos veículos de comunicação do sindicato.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2007.

**Relator:** Paulo Barela, com base em suas anotações e nas de Susana Drumond, feitas durante a reunião com o governo.